



Segue abaixo um resumo de **Identidade Social, Voz dos Cidadãos e Acesso Rural em Uganda**, publicado em *World Policy and Practice* por Nite Tanzarn.

A identidade social define a voz dos cidadãos e sua capacidade de intervenção no sentido de exigirem seu direito de acesso aos serviços e de prestação de contas por parte dos órgãos públicos. Algumas identidades são socialmente excluídas por conta de, designadamente, seu sexo, idade, origem étnica, religião, orientação sexual, deficiência, condição de saúde/HIV, posição social ou econômica, opinião política e residência [rural/urbana]. Outras, como as pessoas com deficiência [portadoras de necessidades especiais] são identidades estigmatizadas. Frequentemente, às identidades socialmente excluídas são negados direitos, voz e recursos.

O artigo baseia-se principalmente em depoimentos provenientes de cidadãos do meio rural, com enfoque especial em pessoas portadoras de necessidades especiais e mulheres que, devido às suas identidades sociais, têm de lidar com mobilidade limitada e se deparam com dificuldades ímpares de acessibilidade. O artigo explora como a acessibilidade influencia a sua subsistência e necessidades domésticas, oportunidades de emprego, acesso e utilização de serviços sociais, bem como sua participação nos mercados de produção e comercialização. Fornece também uma análise da forma como os serviços de transporte são sensíveis à igualdade de gênero e inclusão social em relação ao acesso, inclusão e participação, oportunidade, capacitação e proteção.

O artigo demonstra que, para algumas identidades socialmente excluídas e, particularmente, no caso das pessoas portadoras de necessidades especiais, dar apenas alguns passos físicos pode representar uma barreira intransponível. Isso impõe restrições sobre as suas opções econômicas, de acesso e de utilização de serviços. Além disso, tais identidades, contudo, raramente são identificadas ou consultadas por planejadores e, portanto, têm a sua capacidade de intervenção impedida no tocante a exigirem seus direitos à acessibilidade equitativa. Ademais, elas têm de enfrentar preconceitos perceptivos socialmente construídos da parte dos prestadores de serviços de transporte.

Transcender as barreiras de acessibilidade dessas identidades socialmente excluídas exige, em parte, permitir que a sua voz como consumidores seja ouvida para instarem o Estado e outros agentes a que lhes concedam seu direito ao transporte equitativo. Isto exige a adoção de estratégias inclusivas de planejamento, as quais aumentam seus direitos, reduzem sua vulnerabilidade e isolamento, bem como melhoram seu acesso. Da mesma forma, é essencial abordar os preconceitos dos prestadores de serviços, nomeadamente, por meio da promoção do direito à liberdade de locomoção e acessibilidade.

**Para uma cópia do documento completo em Inglês por favor [veja aqui](#).**

*Social Identity, Citizen Voice and Rural Access in Uganda*

Nite Tanzarn

World Transport Policy and Practice, Volume 19.2, March 2013